

SITUAÇÃO ACTUAL DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL E DA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO DISTRITO DO PORTO

INTRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS

O movimento associativo juvenil deparou-se, ao longo do último ano e meio com diversas alterações, ao nível do Estado, do enquadramento jurídico, das próprias estruturas de representação associativa. Dentre elas merecem destaque a modificação da orgânica do Instituto Português da Juventude (IPJ), seguida de uma radical mudança na estrutura dirigente deste organismo público; a publicação de nova legislação para o Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ) e para enquadrar os apoios às associações juvenis; o lançamento de múltiplos novos programas na área da juventude e a criação da Federação Nacional das Associações Juvenis Locais (FNAJ), que rapidamente veio conquistar um importante protagonismo.

A Política do Associativismo Juvenil e de Juventude, embora teoricamente, pareça estar a tentar, através da sua actual filosofia e do seu quadro legislativo, abrir a gestão e orientação à participação das associações juvenis, assim como as entidades juvenis que desenvolvem trabalho na área da juventude, na prática carece de uma maior informação e duma reestruturação de forma a que principais intervenientes de todo este processo, os jovens possam dar anseio às suas iniciativas sem autoconsumirem as suas energias e os seus meios.

O novo contexto em que se desenvolve a actividade da nossa Federação, quer nas suas relações com os poderes públicos, quer na própria relação com os poderes públicos, quer na própria relação com outras entidades do mundo associativo, exige uma reflexão, no sentido de definir, alterar e /ou adaptar uma estratégia de intervenção da FAJDP.

Vamos naturalmente, dar prioridade à representação das associações juvenis do distrito do Porto junto dos órgãos de poder político, razão de ser fundamental do nosso projecto. Este objectivo será prosseguido com:

- a realização regular de reuniões de trabalho com a delegação regional do IPJ, para que mutuamente possamos discutir, desenvolver e avaliar projectos e actual política de juventude no distrito do Porto;
- a realização regular de reuniões de trabalho com a delegação regional do IPJ, para que mutuamente possamos discutir, desenvolver e avaliar projectos e actual política de juventude no distrito do Porto;
- a realização de reuniões/visitas de trabalhos, regulares, entre a direcção da FAJDP e as associações que a compõem, para discutir as principais dificuldades e ambições das mesmas, para que junto do poder político possamos intervir de uma forma concertada e eficaz;
- a exigência de que os recursos do IPJ sejam afectados prioritariamente ao apoio ao associativismo juvenil.

Pretendemos igualmente iniciar e/ou manter um relacionamento, de carácter regular ou pontual, com outras entidades do distrito que actuam na área da juventude, designadamente, autarquias, o Governo Civil do Porto, A Comissão de Coordenação da Região Norte, entre outros, a atenção para a necessidade de o

movimento associativo juvenil ser encarado como parceiro e ver reconhecido o seu papel no desenvolvimento das respectivas comunidades.

Uma terceira vertente será a de incremento da cooperação activa com outras estruturas de representação associativa existentes no país, quer a nível regional (Federações Distritais e associações locais em distritos sem representação federativa), quer também a nível nacional (FNAJ e CNJ).

O movimento associativo juvenil deparou-se, ao longo do último ano e meio com diversas alterações, ao nível do Estado, do enquadramento jurídico, das estruturas de representação associativa. Dentre elas merecem destaque a modificação da orgânica do Instituto Português da Juventude (IPJ), seguida de uma radical mudança na estrutura dirigente deste organismo público; a publicação de nova legislação para o Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ) e para enquadrar os apoios às associações juvenis; o lançamento de múltiplos novos programas na área da juventude e a criação da Federação Nacional das Associações Juvenis Locais (FNAJ), que rapidamente veio conquistar um importante protagonismo.

A Política do Associativismo Juvenil e de Juventude, embora teoricamente, pareça estar a tentar, através da sua actual filosofia e do seu quadro legislativo, abrir a gestão e orientação à participação das associações juvenis, assim como as entidades juvenis que desenvolvem trabalho na área da juventude, na prática carece de uma maior informação e duma reestruturação de forma a que os principais intervenientes de todo este processo, os jovens, possam, dar anseio às suas iniciativas sem autoconsumirem as suas energias e os seus meios.

O novo contexto em que se desenvolve a actividade da nossa Federação, quer nas suas relações com os poderes públicos, quer na própria relação com outras entidades do mundo associativo, exige uma reflexão, no sentido de definir, alterar e/ou adaptar uma estratégia de intervenção da FAJDP.

Vamos, naturalmente, dar prioridade à representação das associações juvenis do distrito do Porto junto dos órgãos de poder político, razão de ser fundamental do nosso projecto. Este objectivo será prosseguido com:

- a realização regular de reuniões de trabalho com a delegação regional do IPJ, para que mutuamente possamos discutir, desenvolver e avaliar projectos e actual política de juventude no distrito do Porto;
- a realização de reuniões/visitas de trabalhos, regulares, entre a direcção da FAJDP e as associações que a compõem, para discutir as principais dificuldades e ambições das mesmas, para que junto do poder político possamos intervir de uma forma concertada e eficaz;
- a exigência de que os recursos do IPJ sejam afectados prioritariamente ao apoio ao associativismo juvenil.

Pretendemos igualmente iniciar e/ou manter um relacionamento, de carácter regular ou pontual, com outras entidades do distrito que actuam na área da juventude, designadamente, autarquias, O Governo Civil do Porto, a Comissão de Coordenação da Região Norte, entre outros, a atenção para a

necessidade de o movimento associativo juvenil ser encarado como parceiro e ver reconhecido o seu papel no desenvolvimento das respectivas comunidades.

Uma terceira vertente será a de incremento da cooperação activa com o outras estruturas de representação associativa existentes no país, quer a nível regional (Federações Distritais e associações locais em distritos sem representação federativa), quer também a nível nacional (FNAJ e CNJ).

ENQUADRAMENTO JURÍDICO E IPJ

Associativismo de Menores

Mantém-se no ordenamento jurídico português a restrição à participação dos menores não estudantes na criação e gestão de associações. Consideramos esta situação injusta e desadequada, até porque limita a possibilidade de utilizar o associativismo como instrumento para desenvolver novas gerações de cidadãos mais participativos.

Legalização de Associações Juvenis

Os actuais mecanismos de aquisição de personalidade jurídica continuam a ser um entrave ao surgimento de novas associações juvenis. Defenderemos a sua simplificação e a sua libertação absoluta de encargos financeiros.

Utilidade Pública

Propomos que as associações inscritas no RNAJ possam usufruir de benefícios equiparados às instituições com estatuto de Utilidade Pública.

Regime Fiscal

Propomos ainda a criação de um Regime Fiscal específico e mais favorável para as associações juvenis.

Estatuto do Dirigente Associativo

A crescente complexidade dos mecanismos de relacionamento entre o IPJ e as associações, e o próprio desenvolvimento, qualitativo e quantitativo, das actividades das associações juvenis, cria necessidades aumentadas, em termos de formação e de disponibilidade, aos dirigentes associativos. Proporemos a criação de um estatuto do dirigente associativo, que permita fazer face a estes problemas.

Orgânica do IPJ

Não estão ainda reunidas as condições para avaliar o impacto real das modificações introduzidas na lei orgânica do IPJ, do ponto de vista do associativismo juvenil. O princípio da co-gestão, designadamente, merece ser encarado com prudência, na medida em que só parcelarmente permite uma efectiva intervenção dos jovens e poderá ser utilizado numa estratégia de

desresponsabilização do estado e de comprometimento das estruturas associativas, conduzindo a uma eventual limitação da sua autonomia.

Em concreto parece-nos desajustado o modo de composição da representação juvenil no Conselho de Administração. Propomos que a FNAJ tenha direito a nomear um dos elementos, à semelhança do que aconteceu com o CNJ, sendo o terceiro eleito pelo universo das associações RNAJ.

Avaliamos como positiva a nomeação, para vários lugares de direcção do IPJ, de dirigentes associativos, o que vem reconhecer a importância do trabalho anteriormente desenvolvido em prol da participação juvenil. Resta-nos esperar, no entanto, que esta mudança de protagonistas, se venha a seguir uma alteração na forma de funcionamento e actuação do IPJ, tendo como prioridades o estímulo ao desenvolvimento autónomo do movimento associativo e a desburocratização do relacionamento entre o Estado e as associações.

Conselho Consultivo Regional

Congratulamo-nos com a eleição e instalação do Conselho Consultivo Regional (CCR) do IPJ. Parece-nos no entanto que o seu funcionamento só será verdadeiramente útil se ele for ouvido nas questões mais importantes para as associações. Propomos, em concreto, que o CCR seja chamado a dar parecer sobre os pedidos de inscrição no RNAJ e sobre os critérios utilizados no âmbito do programa de Apoio às Associações Juvenis (PAAJ).

Também relativamente à composição do CCR pensamos haver melhorias a introduzir. Sugerimos assim a existência de um lugar de inerência para a FAJDP, a separação das eleições para os representantes das associações locais/associações nacionais e o estabelecimento do princípio de que são as próprias associações a organizar o seu processo eleitoral. Este procedimento é o único compatível com uma visão não paternalista da relação IPJ/associações.

Programa de Apoio às Associações Juvenis (PAAJ)

Destaca-se pela positiva o lançamento do PAAJ. No entanto constatamos que ficou aquém das expectativas criadas às associações juvenis. Criticamos a demasiada burocracia no preenchimento dos formulários e exímia rigorosidade dos critérios de avaliação, que ainda hoje não são publicamente conhecidos.

Reclamamos, além da simplificação dos processos de candidatura e do maior esclarecimento dos critérios de avaliação, o aumento de dotação financeira para às associações juvenis locais.

Rede Nacional de Informação Juvenil (RNIJ)

A FAJDP vê com interesse o lançamento da nova RNIJ.

Parece-nos, no entanto, que, para que possa, ser alcançado o objectivo de assegurar uma maior igualdade de oportunidades a todos os jovens, independentemente do local onde vivem ou da sua condição económica, há que

introduzir algumas modificações. Destas destacamos a possibilidade de tornar os Postos de Informação Juvenil (PIJ) itinerantes, de modo a abranger um maior número de jovens, e a sua atribuição prioritária às associações inscritas no RNAJ, e não às autarquias locais.

Reclamamos igualmente a participação das associações na gestão global da rede.

Outros Programas

Destacamos pela positiva o lançamento dos programas OTL, Férias Desportivas, Jovens Voluntários para a solidariedade (JVS), Lusíadas, Infante D. Henrique, Todos Diferentes Todos Iguais e Xanana Gusmão. Há no entanto que modificar alguns aspectos da filosofia de alguns programas, auscultando as associações na sua definição. Parece-nos que uma política de efectivo encorajamento à participação passa por dar prioridade às associações Juvenis no acesso aos programas, deixando o IPJ de se assumir como uma espécie de “Agência de iniciativas”, com financiamento privilegiado pelo Orçamento de Estado.

ASSOCIATIVO JUVENIL

Intercâmbio associativo

Dada a falta de intercâmbio efectivo, de forma a promover, divulgar e mostrar “in loco” as actividades das associações inscritas na FAJDP, torna-se imprescindível a realização de iniciativas da própria Federação, que colmate esta carência de espaços de troca de experiências.